Energias Eólicas do Ceará S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Energias Eólicas do Ceará S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energias Eólicas do Ceará S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 29 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ Nº 09.265.531/0001-80
NIRE Nº 42 3 0004186-6

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, 88025-255, Florianópolis - SC

Senhores Acionistas,

A Administração da Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* responsável pela exploração de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará (CE): Central Eólica Estrela (Estrela), Central Eólica Cacimbas (Cacimbas), Central Eólica Santa Mônica – (Santa Monica) e Central Eólica Ouro Verde (Ouro Verde) que, em conjunto com outras 4 centrais eólicas, formam o Conjunto Eólico Trairi.

Energias Eólicas do Ceará	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)
Central Eólica Estrela	29,7	14,0
Central Eólica Cacimbas	18,9	10,2
Central Eólica Santa Monica	18,9	10,0
Central Eólica Ouro Verde	29,7	13,2
TOTAL	**97,2**	**47,4**

A EEC não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nos projetos referenciados.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da EEC pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ENGIE Brasil Energias Complementares ou ECP), que por sua vez é uma *holding* controlada da ENGIE Brasil Energia, uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro da meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 p.p. para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

a) Central Eólica Estrela

Em 2019, a geração total bruta de Estrela alcançou 105,0 GWh, 17,2 p.p. acima da geração obtida em 2018, que foi de 89,6 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 93,2%, 7,2 p.p. superior à obtida em 2018, que foi de 86,0%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 92,0%, 9,5 p.p. superior à obtida em 2018, de 82,5%.

b) Central Eólica Cacimbas

Em 2019, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 77,7 GWh, 0,6 p.p superior à geração verificada em 2018, que foi de 70,1 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,4%, 0,3 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 95,1%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 94,6%, 0,4 p.p acima da registrada em 2018, que foi de 94,2%.

c) Central Eólica Santa Monica

Em 2019, a geração total bruta de Santa Monica alcançou 71,3 GWh, superior em 2,4% a geração verificada em 2018, que foi de 69,6 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 93,2%, 2,0 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 91,2%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2018 foi de 92,1%, 2,0 p.p acima da registrada em 2018, que foi de 90,1%.

d) Central Eólica Ouro Verde

Em 2019, a geração total bruta de Ouro Verde alcançou 95,3 GWh, 1,2 p.p inferior à geração verificada em 2018, que foi de 96,5 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 89,7% 4,4 p.p. inferior à obtida em 2018, que foi de 94,1%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 87,9% 4,4 p.p. inferior à obtida em 2018, de 92,3%.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária, de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, de fiscalizar a administração da

Companhia, nos termos do Estatuto Social, e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para seu desempenho no ano de 2019.

A Administração

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.121	1.107	29.566	24.190
Contas a receber de clientes	5	-	-	22.943	19.372
Dividendos a receber de controladas	18	2.902	4.491	-	-
Créditos fiscais a recuperar		-	-	1.840	2.000
Outros ativos circulantes		13	12	7.448	11.022
		4.036	**5.610**	**61.797**	**56.584**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Créditos fiscais a recuperar		7	-	7	2.232
Depósitos vinculados	6	-	-	12.972	13.211
		7	**-**	**12.979**	**15.443**
Investimentos	7	**210.234**	**221.781**	**-**	**-**
Imobilizado	8	**-**	**-**	**467.622**	**458.236**
Intangível		**-**	**-**	**7.327**	**7.625**
Direito de uso de arrendamentos		**-**	**-**	**11.746**	**-**
		210.241	**221.781**	**499.674**	**481.304**
TOTAL		**214.277**	**227.391**	**561.471**	**537.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	1	2	3.558	3.652
Financiamentos	11	-	-	22.073	22.055
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	6.921	-
Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.062	-
Dividendos	13	1.132	4.511	1.132	4.511
Outros passivos circulantes		-	3	2.492	1.936
		1.133	**4.516**	**37.238**	**32.154**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	262.157	282.859
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	8.912	-
Arrendamentos a pagar	12	-	-	10.818	-
Provisão para desmobilização		-	-	29.202	-
		-	**-**	**311.089**	**282.859**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13**				
Capital social		165.872	179.902	165.872	179.902
Reservas de lucros		47.272	42.973	47.272	42.973
		213.144	**222.875**	**213.144**	**222.875**
		213.144	**222.875**	**213.144**	**222.875**
TOTAL		**214.277**	**227.391**	**561.471**	**537.888**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	**-**	**-**	**81.887**	**115.434**
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização		-	-	(19.967)	(19.336)
Serviços de terceiros		-	-	(9.865)	(7.358)
Energia elétrica comparada para revenda		-	-	(3.768)	(15.531)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		-	-	(2.833)	(2.548)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(167)	(4.041)
Outros		-	-	(4.360)	(5.100)
			-	**(40.960)**	**(53.914)**
LUCRO BRUTO			**-**	**40.927**	**61.520**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(21)	(23)	(665)	(562)
Outras receitas operacionais		-	--	60	4
		(21)	**(23)**	**(605)**	**(558)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	12.126	33.374	-	-
Amortização de ágio	7	(233)	(233)	-	-
		11.893	**33.141**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**11.872**	**33.118**	**40.322**	**60.962**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		54	62	1.164	1.254
Juros sobre depósitos vinculados		-	-	712	717
Juros e variação monetária sobre financiamento		-	-	(25.518)	(27.599)
Juros sobre arrendamentos		-	-	(966)	-
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1)	(14)	122	24
		53	**48**	**(24.486)**	**(25.604)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**11.925**	**33.166**	**15.836**	**35.358**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(5)	(15)	(3.916)	(2.207)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**11.920**	**33.151**	**11.920**	**33.151**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,07**	**0,17**	**0,07**	**0,17**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**11.920**	**33.151**	**11.920**	**33.151**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**11.920**	**33.151**	**11.920**	**33.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**249.485**	**716**	**12.256**	**-**	**262.457**
Redução de capital		(69.583)	-	-	-	(69.583)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.151	33.151
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	1.658	-	(1.658)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.150)	(3.150)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	28.343	(28.343)	-
Saldos em 31.12.2018	**13**	**179.902**	**2.374**	**40.599**	**-**	**222.875**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.920	11.920
Redução de capital		(14.030)	-	-	-	(14.030)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	596	-	(596)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.132)	(1.132)
- Dividendos intermediários		-	-	(6.489)	-	(6.489)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	10.192	(10.192)	-
Saldos em 31.12.2019	**13**	**165.872**	**2.970**	**44.302**	**-**	**213.144**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	11.925	33.166	15.836	35.358
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:				
Resultado de participações societárias	(11.893)	(33.141)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	19.967	19.336
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	25.518	27.599
Juros sobre depósitos vinculados	-	-	(712)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	966	-
Outros	-	-	(704)	(811)
Lucro antes dos tributos ajustado	**32**	**25**	**60.871**	**81.482**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.571)	(8.369)
Créditos fiscais a recuperar	-	-	2.146	4.973
Outros ativos	(9)	74	3.567	(9.705)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(1)	(40)	(94)	(3.573)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	15.832	-
Outros passivos	(3)	-	554	521
Caixa gerado pelas operações	**19**	**59**	**79.305**	**65.329**
Pagamento de juros sobre financiamentos	-	-	(23.852)	(25.027)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5)	(8)	(1.269)	(1.712)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14**	**51**	**54.184**	**38.590**
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	11.000	-	-	-
Redução de capital em controladas	14.030	69.583	-	-
Aplicação no imobilizado	-	-	(989)	(2.072)
Aplicação no intangível	-	-	-	(59)
Caixa líquido das atividades de investimento	**25.030**	**69.583**	**(989)**	**(2.131)**
Atividades de financiamento				
Redução de capital	(14.030)	(69.583)	(14.030)	(69.583)
Financiamentos obtidos	-	-	-	30.038
Arrendamentos pagos	-		(1.390)	-
Financiamentos pagos	-	-	(22.350)	(20.870)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	951	(210)
Pagamento de dividendos	(11.000)	-	(11.000)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(25.030)**	**(69.583)**	**(47.819)**	**(60.625)**

Continua na próxima página

Continuação

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**51**	**5.376**	**(24.166)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo inicial	1.107	1.056	24.190	48.356
Saldo final	1.121	1.107	29.566	24.190
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**51**	**5.376**	**(24.166)**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa				
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(195)	-	246)	333
Adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	-	12.304	-
Provisão para desmobilização	-	-	29.203	-
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	(532)	1.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.12.2007, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios; construir, operar e manter unidades de geração de energia elétrica e negociar títulos ou instrumentos advindos de benefícios ambientais resultantes de atividades de geração de energia elétrica, sendo que os mencionados atos só poderão ser praticados visando a implantação e operação das centrais geradoras eólicas vinculadas a suas empresas controladas, sendo vedada a aquisição de quaisquer valores mobiliários, inclusive a participação em outras sociedades, que não sejam as empresas detentoras das outorgas das centrais geradoras eólicas vinculadas Conjunto Eólico Trairi.

As eólicas controladas pela EEC são partes dos consórcios Trairí e Faísa-Trairí. As Centrais Eólicas Cacimbas e Santa Mônica possuem participações de 8,89% no Consórcio Trairí e de 4,44% no Faísa Trairí. Já as Centrais Eólicas Ouro Verde e Estrela possuem participação de 13,97% no Consórcio Trairí e de 6,98% no Faísa-Trairí. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 29.04.2020.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora EEC e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes. A EEC detém 99,99% de participação no capital social das seguintes Companhias de propósito específico: Central Eólica Santa Mônica SPE S.A.; Central Eólica Cacimbas S.A.; Central Eólica Estrela S.A. e Central Eólica Ouro Verde S.A.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

j) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

k) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

l) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

m) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis de suas empresas controladas, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

n) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

o) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

o.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento das áreas onde o seu parque eólico está instalado. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso de R$ 12.304, em 01.01.2019, em contrapartida dos passivos de arrendamentos a pagar. Mais detalhes são apresentados na Nota 12 – Operações de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

A adoção do CPC 06 (R2) não afeta a capacidade da Companhia de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) descritos na Nota 11 – Financiamentos.

p) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	1.121	107	11.566	1.256
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	1.000	18.000	22.934
	1.121	**1.107**	**29.566**	**24.190**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	13.032	-
Transações realizadas na CCEE[1]	9.727	8.955
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda (EBC)	184	10.417
	22.943	**19.372**

Os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. Em 31.12.2019, R$ 106 correspondem a títulos vencidos, em média, há 90 dias , para os quais a Companhia aguarda um desfecho para um acordo setorial. Os valores a receber da EBC, faturados mensalmente, são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento. Já os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em 03 parcelas iguais.

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados pela Companhia e suas controladas em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento das controladas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 7 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência Patrimonial	204.351	215.665
Mais valia na aquisição de investimentos	5.882	6.116
	210.234	**221.781**

[1] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	Total
Saldos em 31.12.2017	**82.592**	**44.935**	**41.981**	**85.508**	**255.016**
Redução de capital	(22.492)	(9.372)	(5.789)	(31.930)	(69.583)
Dividendos	(711)	(648)	(885)	(898)	(3.142)
Equivalência patrimonial	7.800	6.814	9.309	9.451	33.374
Saldos em 31.12.2018	**67.189**	**41.729**	**44.616**	**62.131**	**215.665**
Redução de capital	(6.000)	(1.288)	(6.742)	-	(14.030)
Dividendos	(196)	(1.957)	(334)	(6.923)	(9.410)
Equivalência patrimonial	2.065	2.960	3.515	3.586	12.126
Saldos em 31.12.2019	**63.058**	**41.444**	**41.055**	**58.794**	**204.351**

A redução no capital de suas controladas ocorreu mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e decorreu da liberação pelo BNDES do financiamento para a construção do parque eólico da Companhia, o que fora financiada com capital próprio até a referida liberação de recursos.

b.2) Informações financeiras das controladas

Base 31.12.2019	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela
Ativo total	167.111	107.125	108.962	171.458
Passivo	104.053	65.681	67.907	112.664
Patrimônio Líquido	63.058	41.444	41.055	58.794
Lucro líquido do exercício	2.087	2.960	3.516	3.586

c) Mais valia na aquisição de investimentos

A mais valia paga nas aquisições das controladas decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

Estes ativos estão sendo amortizados nos prazos de autorizações das usinas, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de autorização.

d) Autorizações do Órgão Regulador

	Capacidade				
Parque eólico	Instalada (MW)	Comercial (MW médios)	Resolução Autorizativa	Data da Autorização	Vencimento
Ouro Verde	29,7	13,2	5.023	23.01.2015	23.01.2045
Santa Mônica	18,9	10,0	5.022	26.01.2015	26.01.2045
Cacimbas	18,9	10,2	5.040	05.02.2015	05.02.2045
Estrela	29,7	14,0	5.041	05.02.2015	05.02.2045
	97,2	**47,4**			

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Consolidado			
		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	700	-	700	700
Edificações e benfeitorias	3,3%	17.729	(1.773)	15.956	16.621
Máquinas e equipamentos	3,6%	512.791	(61.877)	450.914	439.137
Móveis e utensílios	6,3%	15	(3)	12	13
		531.235	**(63.653)**	**467.582**	**456.471**
Em curso		**40**	**-**	**40**	**1.765**
		531.275	**(63.653)**	**467.622**	**458.236**

b) Mutação

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**700**	**17.225**	**457.577**	**14**	**776**	**476.292**
Ingressos	-	-	63	-	921	984
Transferências	-	(11)	(57)	-	68	-
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	-	(593)	(18.445)	(1)	-	(19.039)
Saldos em 31.12.2018	**700**	**16.621**	**439.137**	**13**	**1.765**	**458.236**
Ingressos	-	-	-	-	103	103
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	-	-	29.201	29.201
Transferências	-	730	30.299	-	(31.029)	-
Baixas	-	(810)	-	-	-	(810)
Depreciação	-	(585)	(18.522)	(1)	-	(19.108)
Saldos em 31.12.2019	**700**	**15.956**	**450.914**	**12**	**40**	**467.622**

b.1) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização dos parques eólicos de suas controladas, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração do Conjunto Eólico Trairi, pelo prazo de 30 anos, a contar das datas especificadas a seguir:

Parque eólico	Data da Autorização
Ouro Verde	23.01.2015
Santa Mônica	26.01.2015
Cacimbas	05.02.2015
Estrela	05.02.2015

NOTA 9 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Energia elétrica comprada	-	-	627	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	251	235
Fornecedores de materiais e serviços	1	2	1.449	1.382
Fornecedores de imobilizado	-	-	1.231	2.035
	1	**2**	**3.558**	**3.652**

NOTA 10 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação das taxas de juros e índices	Variação 2019	Cenário Provável 2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2019	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos				
TJLP	284.230	(1.062)	2.393	4.855

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Brasil Energia Comercializadora, controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	1.000	18.000	22.934
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.121	107	11.566	1.256
Contas a receber de clientes	-	-	22.943	19.372
Depósitos vinculados	-	-	12.972	13.211
	1.121	**1.107**	**65.481**	**56.773**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	1	2	3.558	3.652
Financiamento	-	-	284.230	304.914
	1	**2**	**287.788**	**308.566**

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Principal	21.168	262.157	283.325	21.100	282.859	303.959
Encargos	905	-	905	955	-	955
	22.073	**262.157**	**284.230**	**22.055**	**282.859**	**304.914**

b) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**20.013**	**273.161**	**293.174**
Ingressos	2.044	27.994	30.038
Juros e variação monetária	25.601	1.998	27.599
Transferências	20.294	(20.294)	-
Amortização do principal	(20.870)	-	(20.870)
Pagamento dos juros	(25.027)	-	(25.027)
Saldos em 31.12.2018	**22.055**	**282.859**	**304.914**
Ingressos	-	(666)	(666)
Juros e variação monetária	24.640	878	25.518
Transferências	20.914	(20.914)	-
Amortização do principal	(21.684)	-	(21.684)
Pagamento dos juros	(23.852)	-	(23.852)
Saldos em 31.12.2019	**22.073**	**262.157**	**284.230**

c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2021	21.121
2022	21.121
2023	21.121
2024	21.121
2025	21.121
2026 a 2033	156.552
	262.157

d) Condições contratadas

Juros:	TJLP + 2,18% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2033.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida.

f) Compromissos contratuais (*covenant*)

A Companhia deve manter, durante toda a vigência do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado (ICSD) ≥ 1,2. No ano de 2019, apesar de atingir integralmente o *covenant* mencionado, a Companhia obteve, em 23 de dezembro de 2019, carta de dispensa do cumprimento desta obrigação junto ao BNDES.

NOTA 12 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na Nota 3 – Sumário das Principais Práticas Contábeis. Em sua análise, a Companhia identificou os contratos de arrendamentos dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, cujas vigências são até 2047.

a) Direito de uso de arrendamentos

	31.12.2019		
	Custo	**Depreciação**	**Total**
Terrenos	12.304	(558)	11.746
	12.304	**(558)**	**11.746**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Adoção inicial	1.312	10.992	12.304
Juros	966	-	966
Transferência	174	(174)	-
Amortizações	(1.390)	-	(1.390)
Saldos em 31.12.2019	**1.062**	**10.818**	**11.880**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	1.189
2022	1.078
2023	977
2024	885
2025	802
2026 a 2047	5.887
Arrendamentos a pagar	**10.818**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 258 , referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2019 é de R$ 165.872 (R$ 179.902 em 31.12.2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 165.871.804 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo que 165.871.803 são de propriedade da controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Ltda. (ECP) e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia.

A Companhia reduziu seu capital no montante de R$ 14.031 durante o exercício de 2019, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com a extinção de 14.031.178 ações ordinárias, todas de titularidade da ECP.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	73.373	29.260
Comercializadoras de energia elétrica	4.203	75.938
Transações no mercado de curto prazo	2.405	11.898
Outras receitas[2]	6.167	10.103
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e COFINS	(4.261)	(11.765)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**81.887**	**115.434**

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2019, pelo reconhecimento de R$ 15.832, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", R$ 6.921 no passivo circulante e R$ 8.912 no passivo não circulante.

[2] Multas contratuais por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Trairi.

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**15.836**	**15.836**	**35.358**	**35.358**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(3.959)**	**(1.425)**	**(8.840)**	**(3.182)**
Diferenças permanentes				
Depreciação acelerada incentivada	2.128	766	6.939	2.498
Outros	(856)	(570)	299	79
	-	**-**	**(1.602)**	**(605)**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(2.687)	(1.229)	(1.602)	(605)
	-	**-**	**(1.602)**	**(605)**

NOTA 16 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui estes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairi comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 1.527.249 (R$ 1.823.176 em 31.12.2018).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas da EEC mantêm contrato de operação e manutenção da Usina com a GE Energias Renováveis Ltda., vigente até 30.04.2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 70.004 (R$ 139.978 em 31.12.2018).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

As controladas da EEC mantêm contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2019, os compromissos futuros eram de R$ 71.214 (R$ 70.401 em 31.12.2018).

NOTA 17 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairi participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos às usinas, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ R$531.801 e R$ 132.948, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

As controladas da EEC mantêm contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

As controladas da EEC possuem 46 MW médios de energia contratados com a ENGIE Brasil Comercializadora Ltda., empresa controlada pela ENGIE Brasil Energia.

c) Dividendos a receber de controladas

Em 31.12.2019, a EEC possui o montante de R$ 2.901 a receber de dividendos de suas controladas (R$ 4.491 em 31.12.2018), conforme a seguir:

	31.12.2019
Ouro Verde	907
Santa Mônica	282
Cacimbas	1.372
Estrela	341
	2.902

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Daniela Justin Gonçalves Duarte
CRC SC-025631/O-7